



O USO DO TERMO LEPRA NO JORNAL DO BRASIL A PARTIR DA LEI 9.010 (1995-2005)

LEANDRO, José Augusto

*Professor do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de
Ponta Grossa -PR
joseaugustoleandro@gmail.com*

SANTOS, Aparecida Garcia dos

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Estadual de Ponta Grossa
cidagarciauepg@gmail.com*

130

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar os sentidos atribuídos ao termo 'lepra' no *Jornal do Brasil*, entre 1995 e 2005. Os resultados apontaram para duas grandes categorias: 'lepra como doença', que subdivide-se em lepra como doença sem associação à hanseníase e lepra como hanseníase; e 'lepra como metáfora', com destaque para o uso da palavra no campo político.

Palavras-chave: Lepra. Hanseníase. Jornal do Brasil.

ABSTRACT

This research aimed to investigate the meanings attributed to the term 'leprosy' in the *Jornal do Brasil*, between 1995 and 2005. The results pointed to two broad categories: 'leprosy as a disease', which is subdivided into leprosy as disease not associated with Hansen disease and leprosy as Hansen disease; and 'leprosy as a metaphor', highlighting the use of the word in the political field.

Key-words: Leprosy. Hansen disease. Jornal do Brasil.



INTRODUÇÃO

A hanseníase, uma vez relacionada à milenar lepra, traz consigo uma carga simbólica de estigma, preconceito e discriminação. A maneira como as pessoas pensam, sentem e agem em relação ao doente de hanseníase relaciona-se ao passado histórico da doença. Na Bíblia, a fronteira puro/impuro aparece em passagens ao se destacar que o ‘leproso’ era alguém que trazia uma ‘praga’, que deveria ser ‘purificado’ ou que deveria viver apartado do arraial (Bíblia, 1983, ver: *Levítico*, capítulo 14).

No período da Idade Média a enfermidade foi identificada, segundo George Rosen, como “a grande praga”, e “o medo de todas as outras doenças, juntas, dificilmente se pode comparar ao terror da lepra. Nem mesmo a Peste Negra, no século XIV, ou o aparecimento da sífilis, ao final do século XV, produziram tamanho pavor” (ROSEN, 1994, p. 59).

De fato, tal período histórico produziu medos coletivos que davam vida à associação doença-impureza. Segundo Yara Monteiro,

Era comum, na Idade Média, que a exclusão do doente se realizasse através de um cerimonial sacralizado, sendo que a partir desse é que o indivíduo tornava-se oficialmente reconhecido como tal. Para isso havia uma missa especial: a missa dos mortos denominada *Separatio Leprosarum*. Esta funcionava como uma espécie de rito de passagem significando a morte social da pessoa e a conseqüente perda da identidade anterior, que seria substituída pela sua nova condição: a de "leproso". Uma vez encerrada a cerimônia o doente seria acompanhado até os limites das cidades, de onde não mais poderia retornar, ou internado num "leprosário".

Aos poucos foi se estruturando um controle institucional sobre a vida quotidiana dos doentes, em especial, através de seu isolamento em estabelecimentos asilares. Paulatinamente as medidas ditas preventivas foram abrangendo, também, a sociedade como um todo através da *caça* aos suspeitos e aos comunicantes.

No Brasil do século XX muitos hansenianos, excluídos por serem vítimas de preconceito, optaram pelo nomadismo, pela ‘vida errante’, em decorrência das sequelas físicas da doença viviam escondidos. Entre 1924 a 1962 vigorou no país a lei de internamento compulsório e a doença passou a ser equacionada num modelo que os autores denominam ‘tripé da lepra’. Para o Brasil, Laurinda Maciel resumiu com propriedade esse modelo: “era amparado



no funcionamento conjunto de três instituições que procuravam cercar a doença, o doente e os que com ele se relacionavam: o leprosário que visava isolar e tratar o doente; o dispensário que tratava dos comunicantes, normalmente familiares e os que com o doente haviam mantido contato; e, por fim o preventório, que separava desde o nascimento se possível, os filhos dos pacientes isolados” (MACIEL, 2007, p. 2).

As políticas de saúde, mesmo depois da emergência de tratamento medicamentoso com base nas sulfonas, ao longo da década de 1950 - tratamento medicamentoso que equacionou a doença no campo da cura, - não foram capazes de diminuir o peso estigmatizante da palavra lepra.

Diante disso, no Brasil passou a vigorar, a partir de 29 de Março de 1995, a Lei nº 9.010¹. Esta lei dispõe, em seus cinco artigos:

Art. 1º O termo "Lepra" e seus derivados não poderão ser utilizados na linguagem empregada nos documentos oficiais da Administração centralizada e descentralizada da União e dos Estados-membros.

Art. 2º Na designação da doença e de seus derivados, far-se-á uso da terminologia oficial constante da relação abaixo:

Terminologia	Oficial	Terminologia	Substituída
Hanseníase		Lepra	
Doente de Hanseníase		Leproso, Doente de Lepra	
Hansenologia		Leprologia	
Hansenologista		Leprologista	
Hansênico		Leprótico	
Hansenóide		Lepróide	
Hansênide		Lépride	
Hansenoma		Leproma	
Hanseníase Virchoviana		Lepra Lepromotosa	
Hanseníase Tuberculóide		Lepra Tuberculóide	
Hanseníase Dimorfa		Lepra Dimorfa	

¹ Lei 9010/95. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1286722/lei-n-9010-de-29-de-marco-de-1995>. Acesso em 02/07/2014.



Hanseníase Indeterminada

Lepra Indeterminada

Antígeno de Mitsuda

Lepromina

Hospital de Dermatologia Sanitária,
de Patologia Tropical ou Similares

Leprosário, Leprocômio

Art. 3º. Não terão curso nas repartições dos Governos, da União e dos Estados, quaisquer papéis que não observem a terminologia oficial ora estabelecida, os quais serão imediatamente arquivados, notificando-se a parte.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Neste artigo objetivamos verificar como o termo lepra se faz presente na mídia impressa brasileira posterior a lei 9.010 de 1995. Em outras palavras: com quais sentidos o termo lepra é empregado?

METODOLOGIA

Consideramos o recorte temporal do período 1995 a 2005 e tomamos como base de pesquisa o periódico *Jornal do Brasil* (JB). A investigação foi realizada a partir da base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional². Adotamos, portanto, a pesquisa documental, que, segundo Reis (2008, p. 53) utiliza-se de fontes valiosas de dados informativos antigos, em que são encontrados em documentos pessoais, como cartas, diários, fotos, vídeos, ofícios, informativos, atas, e documentos institucionais que são: relatórios de pesquisa, que incluem dados estatísticos, gráficos e tabelas, boletins, periódicos e jornais.

Segundo Oliva (2011, p.1):

A imprensa figura como uma das mais instigantes e reveladoras fontes para o trabalho do historiador, seja para incursões em tempos afastados de nossa experiência atual, seja para o estudo das representações, ideias e eventos que nos são contemporâneos. Os fragmentos noticiados, a intensidade das abordagens, as linhas editoriais, o cotidiano, a política, os cenários nacionais e internacionais veiculados pelos múltiplos meios de comunicação revelam

² Pesquisa realizada na base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>



formas de “olhar” distintas ao do historiador, mas fecundas para compreensão das sociedades e de suas relações.

Não estivemos preocupados em discutir a imprensa em si; ela foi utilizada como fonte para se perceber a relação doença-história-linguagem num dado período de tempo, sobretudo com vistas à verificação do estigma por detrás da linguagem³.

RESULTADOS

Após a entrada em vigor da Lei 9.010, o termo ‘lepra’ continuou sendo utilizado na mídia impressa brasileira. Se a lei não obriga a imprensa a banir o termo em suas publicações, vale lembrar que o jornalismo, reitera, no senso comum, um certo entendimento de lepra, fato que pode trazer à tona o peso do estigma ao doente de hanseníase.

Ao longo do período 1995-2005 o termo lepra apareceu pouco mais de cem vezes no *Jornal do Brasil*. Na pesquisa foram excluídas as citações do termo lepra em palavras-cruzadas. Para uma melhor descrição, os resultados apresentam-se agrupados em duas categorias; a primeira intitulada ‘lepra como doença’; a segunda intitulada ‘lepra como metáfora’. A categoria ‘lepra como doença’ subdivide-se em ‘lepra como doença sem associação à hanseníase’ e ‘lepra como hanseníase’; já a categoria ‘lepra como metáfora’ destacou o uso da palavra associada à política.

LEPRA COMO DOENÇA

Na categoria ‘*lepra como doença sem associação à hanseníase*’ identificamos menos de dez ocorrências. Essas ocorrências, em sua maior parte faziam associação a uma história mais distante, por vezes citando como referência a Idade Média ou o período colonial no Brasil. Na edição 00194, datada de 19 de outubro de 1997, por exemplo, foi publicado:



[...] As razões para a alta incidência da doença no país estão historicamente relacionadas [...] desde o tempo do império. Ao desembarcarem na América, no século XV os portugueses transportaram doenças endêmicas que assolavam a Europa na época. Entre elas a lepra (JB, 19 out. 1997, ed. 00194, p. 24).

Em entrevista com a então chefe de psiquiatria do INCA, Dra. Zenaide Medeiros, esta discorreu sobre o dilema de contar ao paciente e aos familiares sobre o diagnóstico de uma doença incurável. Conforme apontou a médica, para cada época, cria-se um estigma relacionado à doença e isso ocorreu com a ‘lepra’.

O temor em saber a verdade não se resume apenas ao medo da morte, já que a princípio todas as doenças podem levar a óbito. “Existem as *doenças sagradas* de cada época. Antes era a lepra, depois veio a tuberculose, o câncer e agora a Aids. As pessoas têm medo até de falar o nome da doença, apesar de saber que estão doentes”, conta a psiquiatra Zenaide. Muitas vezes a maneira de se dar uma notícia está diretamente relacionada ao modo como o paciente vai levar o tratamento. Por mais preparada que a pessoa possa estar para um diagnóstico ruim, ninguém espera a confirmação de ter uma doença incurável. (JB, 26 jan. 1997, ed. 00293, p. 18).

Não se pode analisar o fenômeno social das doenças, sejam elas endêmicas ou epidêmicas, sem antes procurar sentidos através do contexto histórico. Le Goff (1997, p. 7-8) de maneira apropriada destaca que “a doença pertence à história em primeiro lugar, porque não é mais que uma ideia, um certo abstrato numa complexa realidade empírica”.

Levando em consideração a observação de Le Goff sobre uma doença ser uma ‘ideia’, vale destacar que embora a ‘lepra’ hoje tenha modificado seu status ontológico (tem tratamento eficaz e cura), permanências de significados construídos historicamente demonstram claramente a dificuldade em se dissociar a ideia de ‘lepra’ da ideia de pecado, corrupção da carne e incurabilidade.

Ainda vale destacar que o termo ‘lepra’ como doença também foi publicado na imprensa sem necessariamente menção a uma história pregressa, mas como um problema de saúde pública no país. Problema que também se articula com questões sociais mais amplas. Cristovam Buarque, por exemplo, escreveu em 1999 um texto na coluna ‘Opinião’ sob o título

³ O conceito de estigma que norteou nosso olhar sobre a pesquisa do termo ‘lepra’ foi o de E. Goffman que afirma que estigma é “um atributo profundamente depreciativo” que produz uma “identidade deteriorada” tornando o indivíduo “desacreditado” (Goffman, 1988, p.13).



“Hierarquia de dívidas”, no qual fez críticas às mazelas sociais não resolvidas pelo Estado brasileiro e pelas quais, segundo ele, muitos ainda aguardavam uma possível solução. Citou como exemplo a dívida com os indígenas, negros, crianças e mulheres, e também como herdeiros de uma dívida “não paga” aparecem os doentes de ‘lepra’.

A sociedade que não paga suas dívidas é necessariamente caótica. Todas elas devem ser pagas, e não apenas algumas. Há 500 anos o Brasil vem contraindo dívidas e adiando o compromisso de saldá-las. Temos uma dívida com os doentes mentais depositados em manicômios desumanos, doentes crônicos renais sem direito à hemodiálise competente, portadores de deficiência sem acompanhamento especial, milhões de mulheres sem atendimento pré-natal, e prematuros sem lugar em incubadoras. Temos, ainda, uma dívida com os que sofrem de dengue, de lepra, de esquistossomose, de tuberculose e outras doenças endêmicas, contraídas por um desprezo secular às necessidades sanitárias da população. (JB, 09 ago. 1999, ed. 00123, p. 9).

Por sua vez, a categoria ‘lepra como hanseníase’ apresentou mais de 40 ocorrências. Foi nesse sentido que o termo ‘lepra’ mais foi noticiado no JB.

No dia 17 do mês de agosto de 1996, por exemplo, em uma nota intitulada “Hanseníase”, divulgou-se que:

Os postos de vacinações também estarão diagnosticando casos de hanseníase (lepra), como parte da campanha para eliminar a doença no município do Rio de Janeiro. As pessoas que comparecerem aos postos, receberão folhetos explicativos e a relação dos locais onde podem receber tratamento. (JB, 17 ago. 1996, ed. 00131, p. 23).

No final dos anos 1990 algumas pessoas famosas se prontificaram para contribuir com sua imagem para divulgação no sentido de conscientização da população em relação ao seu próprio corpo. No dia 19 de julho de 1997:

o Ministro Extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento (o Pelé), foi nomeado como embaixador da Boa Vontade, na luta contra a Hanseníase (lepra), pela OMS, sendo que Pelé está envolvido com a erradicação da doença no Brasil (JB, 1997, p. 21, edição n. 00102).

Outros artistas famosos como Ney Matogrosso, Ney Latorraca e Elke Maravilha, também contribuíram com campanhas, explanando sobre a doença e repassando informações



básicas e necessárias para a identificação de novos casos da hanseníase. Durante algum tempo essas campanhas continuaram sendo divulgadas na imprensa.

A mídia impressa não apenas mencionou campanhas sobre a moléstia feitas por organismos governamentais brasileiros, como também mencionou ações de organismos internacionais. Em 17 de fevereiro de 2002, uma notícia sobre uma campanha de erradicação da hanseníase desenvolvida por uma Organização não governamental espanhola com o nome de Ação Sanitária e Desenvolvimento Social (Anesvad) foi criticada pelo diretor do Morhan (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas por Hanseníase), Arthur Custódio, uma vez que a ONG espanhola desenvolvera uma campanha agressiva, na qual atacava o governo brasileiro e veiculava imagens apelativas sobre a doença e sobre os doentes. Segundo o JB, a entidade veiculou propaganda na televisão na qual “mostrou trabalhadores descendo de caminhões e derrubando árvores com motosserras. Diante da área desmatada soava a mensagem: ‘O Brasil precisa tomar sérias medidas contra o desmatamento ou seus enfermos de lepra não terão lugar para se ocultar’. E seguia: ‘O mundo tem 7 milhões de doentes discriminados e o Brasil é o segundo país com mais casos. Faça-se sócio da Anesvad’.” Ouvido pelo jornal na ocasião, Arthur Custódio disse que o Brasil não faria tal propaganda. “Estigmatizaria a imagem do paciente. Mas na Espanha não há hanseniano” (JB, 17 fev. 2002, ed. 00314, p. 2).

A notícia a seguir também é demonstrativa do uso do termo ‘lepra’ como sinônimo de hanseníase. Porém, é possível arriscar que o editor escolheu o termo ‘lepra’ no título da matéria (e não hanseníase) porque a palavra segue com impacto deveras forte para chamar atenção do leitor.

Rio Grande do Sul erradica a lepra

O Rio Grande é o primeiro estado a alcançar a meta de eliminação da hanseníase (lepra) segundo informou o secretário de Saúde, Germano Bonow. O estado tinha 3,96 casos para cada 10 mil habitantes em 1991 e chegou a 0,9 casos, atingindo a meta da Organização Mundial da Saúde que previa a erradicação da doença até o ano 2000, com índices inferiores a um caso por 10 mil habitantes (JB, 19 mar. 1996, ed. 00346, p. 5).

Posteriormente, o jornal continuou explorando o contexto em que a Organização Mundial da Saúde lançou a meta para diminuir a incidência de casos no Brasil.



Hanseníase tem nova campanha nacional

Ministério da Saúde quer atingir meta da OMS de reduzir os casos para menos de 1 por 10 mil

Desde domingo, o Ministério da Saúde colocou no ar uma campanha de combate à hanseníase – o uso do termo lepra foi proibido por lei em 1976 – que deverá ser veiculada na televisão por 15 dias. A campanha pretende conscientizar a população a procurar os postos de saúde assim que aparecerem os primeiros sinais da doença. O objetivo é atingir a meta proposta pela Organização Mundial da Saúde, de reduzir, até o ano 2000, a incidência da doença para menos de um caso por 10 mil habitantes em todos os países.

O Brasil ocupa o segundo lugar nas estatísticas mundiais para a hanseníase, com 138 mil casos. A Índia é a campeã com mais de 1 milhão de doentes.

“Não há vacina para a hanseníase, mas é uma doença que tem cura”, afirma a médica Maria Leide, responsável pela Coordenadoria Nacional de Dermatologia Sanitária, vinculada ao ministério. “Apesar disso, 41% das pessoas abandonam o tratamento antes de concluí-lo”, lamenta.

[...]

“A campanha que está no ar foi veiculada anteriormente em 1987, quando teve muito boa aceitação”, conta Maria Leide. “O número de casos notificados aumentou em 35% de um ano para outro, o que mostra que a campanha teve impacto”, aponta a médica. “Esperamos que essa repercussão se repita, apesar de não contar com a ajuda de algumas redes, como a Globo, que nunca veicula o filme em horários nobres.”

[...]

Maria Leide lembra que a campanha da hanseníase é uma prioridade nacional. Só em 1995, o ministério da saúde investiu R\$ 710 mil para treinar 10 mil profissionais de saúde (JB, 23 de mai. 1996, ed. 00045, p. 14).

Independentemente de o termo lepra surgir com ou sem associação à hanseníase, uma questão vale destacar: muitas das matérias publicadas no período associaram a doença lepra/hanseníase à pobreza. As matérias publicadas no JB nos anos de 1995 ilustram a associação da doença com a condição social desfavorecida.

Mas o Rio não é o único grande centro a sofrer o recrudescimento da tuberculose e das outras doenças da pobreza. Se as endemias tradicionais, como a malária, continuam aumentando na região amazônica, doenças como a ‘lepra’ (hanseníase) e a dengue já estão presentes em particularmente todos os estados e nas grandes cidades. Deterioração da qualidade de vida, pobreza crescente da população, falta de saneamento e o caos nos serviços de saúde são as principais causas desta situação (JB, 25 jun. de 1995, ed. 00078, p. 5.).

o número de casos de ‘lepra’ na cidade do Rio de Janeiro, tem aumentado, e esse estudo que foi realizado pela secretaria Municipal de Saúde, para explicar o número de incidência da doença a sanitarista responsável pelo controle Nélia Maria Figueiredo relata que os bairros mais pobres foram os mais acometidos (JB, 25 out. 1995, ed. 00200, p. 21).



Ainda vale ilustrar a associação lepra/hanseníase/pobreza em uma notícia publicada no JB, no ano de 2001, por ocasião da realização do Congresso Mundial de Hanseníase. Tal notícia associou, de maneira irônica, doença e origem/classe social do doente:

O paradisíaco complexo turístico Costa de Sauípe, na Bahia, será sede, ano que vem, do Congresso Mundial de Hanseníase. As diárias, ali, custam mais de R\$ 400. O Ministério da Saúde pagará parte da fatura. Lepra e riqueza nunca foram tão próximas (Jornal do Brasil, 2001, p. 6, edição n. 00193).

LEPRA COMO METÁFORA

Na categoria ‘lepra como metáfora’ identificamos pouco menos de 30 ocorrências e destacou-se a utilização do termo associado ao mundo da política.

Susan Sontag em seu livro *A doença como metáfora* (1984) demonstra a utilização da retórica da doença também no mundo político, com diferentes possibilidades. No caso da nossa pesquisa no JB observamos o uso estratégico discursivo do termo ‘lepra’ para denotar corrupção de valores e para atacar ou enfraquecer o inimigo do campo político oposto, identificado como moralmente desqualificado.

Um bom exemplo de alguém que sentiu-se atacado e enfraquecido ‘moralmente’ a partir do olhar reprovador dos outros pode ser percebido na matéria publicada sobre a morte do criminalista Antonio Evaristo de Moraes Filho, ocorrida em março de 1997. O JB recuperou uma fala do advogado em que ele expressou seu sentimento durante o período em que defendeu o ex-presidente Collor de Melo. Especificamente em 1994, quando obteve a vitória do seu cliente pela decisão do Supremo Tribunal Federal, o eminente criminalista disse que a despeito da vitória, a pressão da opinião pública, naquele caso específico, havia deixado “mágoas”: “Parecia que eu tinha lepra” (edição 00355, 29 de Março de 1997, p. 20).

Um ano antes do falecimento de Moraes Filho, o termo ‘lepra’ foi pronunciado em evento público para desqualificar grupo político com o qual não se alinhava. No ciclo “Debates Civis”, promovido pelo JB e pelo Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, no Teatro Leblon, em abril de 1996, uma pessoa da plateia, de nome Yolanda, interveio após a fala do sociólogo Betinho, que discorreu sobre solidariedade e fraternidade. Ela relatou aos presentes no evento



que atuava em uma comunidade de hansenianos no Maranhão, em São Luís, e que não recebia apoio político algum na região. Disse Yolanda: “Esta doença é pior do que a Aids, pois nasce na pobreza”, ao que Betinho emendou, com ironia: “Há vários tipos de lepra...” (JB, 10 abr. 1996, ed. 00002, p. 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, pela pesquisa no *Jornal do Brasil*, que o termo lepra no período entre 1995 e 2005 se faz presente sobretudo associado à palavra hanseníase; dessa feita, é possível inferir que a mídia impressa de certa forma está absorvendo a nova nomenclatura recomendada pela lei 9.010/95. Do ponto de vista da saúde pública tal fato é positivo e auxilia o doente a olhar para o fenômeno da doença como tratável, como algo que tem cura.

Porém, notamos um uso reiterado do termo lepra como metáfora, sobretudo no campo da política. Dessa feita, o estigma – no sentido atribuído por Goffman de “identidade deteriorada” – migra do doente para o não doente. Mas a palavra continua bruta, sendo atribuída a alguém desacreditado ou a alguma coisa que significa corrupção. Nesse sentido, o termo lepra continua a assombrar, de alguma forma, o doente de hanseníase, pois continua a ser utilizado para indicar identidade deteriorada.

A força da palavra ‘lepra’, sua popularização e emprego em sentidos variados, muito provavelmente deita raízes no período medieval. Segundo Jeffrey Richards (1993, p.153), na Idade Média “o próprio termo leproso, tornou-se sinônimo de rejeitado”. Susan Sontag já havia destacado em sua obra *A doença como metáfora* o quanto tal período histórico contribuiu para sedimentar o uso da palavra no sentido metafórico.

A lepra, em seu apogeu, suscitou um horror igualmente desproporcional. Na Idade Média, o leproso era um assunto social em que a corrupção vinha a tona; um caso exemplar; um símbolo da decadência. Nada é mais punitivo do que atribuir um significado a uma doença quando esse significado é invariavelmente moralista. Qualquer moléstia importante cuja causa é obscura e cujo tratamento é ineficaz tende a ser sobrecarregada de significação. Primeiro, os objetos do medo mais profundo (corrupção, decadência, poluição, anomia, fraqueza) são identificados com a doença. A própria doença torna-se uma metáfora. Então, em nome da doença (isto é, usando-a como



metáfora), aquele horror é imposto a outras coisas. A doença passa a adjetivar. Diz-se que isto ou aquilo se parece com a doença, com o significado de que é nojento ou feio.

REFERÊNCIAS

BIBLIA. Tradução de João Ferreira de Almeida. **Livro de Levítico**. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 1983.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). **Secretaria de Políticas de Saúde**. Departamento de Atenção Básica. Guia para o controle da hanseníase. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2002.

CLARO, L. B. L. **Hanseníase: representações sobre a doença**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995. p. 31-35.

DAMASCO, M.S. **História e memória da hanseníase no Brasil do século XX: o olhar e a voz do paciente**. Monografia do curso de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 4ª ed., 1988.

LE GOFF, J. **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1997.

MACIEL, L. R. **“Em proveito dos sãos, perde o lázaro a liberdade”: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962)**. Tese de Doutorado (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: Niterói, 2007.

MONTEIRO, Yara N. Doença e estigma. In: *História*, São Paulo, n.127-128, p.131-139, ago-dez/92 a jan-jul/93.

OLIVA, A. R. A imprensa como fonte. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. 2011. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-imprensa-como-fonte>. Acesso em 28/07/2014.

REIS, L. G. **Produção de monografia: da teoria à prática**. 2 ed. Brasília: Senac-DF, 2008.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e Danação**: as minorias na Idade Média. Tradução Marcos Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro Jorge Zahar Editor. 1993.

ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Unesp. 1994.



SONTAG, Susan. **A doença como metáfora**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.